



---

## GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: (Im)possibilidades à abordagem sobre diversidade sexual e de gênero na escola

Ana Luiza Profirio<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo busca discutir as (im)possibilidades relacionadas à abordagem sobre diversidade sexual e de gênero na escola. Os dados aqui apresentados são resultado de uma pesquisa etnográfica realizada no decorrer do ano de 2015, em uma escola pública da rede estadual de Alagoas. O campo aconteceu no auge das controvérsias acerca da retirada do tema gênero, no Plano Municipal de Educação (PME) de Maceió. As disputas sobre o PME reverberaram no âmbito da escola, mobilizando o posicionamento dos sujeitos da instituição em relação à controvérsia. Dentre estes posicionamentos, a abordagem contínua do tema gênero e sexualidade nas aulas de sociologia, mostrou-se pouco eficaz para a instauração de um debate acerca da promoção da diversidade sexual e de gênero no espaço escolar. Os argumentos religiosos acionados para a retirada do tema gênero no PME de Maceió eram mobilizados, para desmerecer a abordagem do assunto nas aulas de sociologia. A reflexão acerca das (im)possibilidades sobre a discussão do gênero e da sexualidade, em sua perspectiva de valoração da diversidade no âmbito escolar; é de fundamental importância, para a percepção dos limites, e também da imensa potencialidade crítica que a própria discussão provoca. É nesta dimensão que pode ocorrer uma real contribuição política.

**Palavras-chave:** Antropologia. Gênero. Sexualidade. Ensino de Sociologia.

## GENDER, SEXUALITY AND EDUCATION: (Im) possibilities to approach sexual and gender diversity in school

### Abstract

This article seeks to discuss the (im) possibilities related to the approach on sexual and gender diversity in school. The data presented here are the result of an ethnographic research carried out during the year 2015, in a public school of the state network of Alagoas. The field happened at

---

<sup>1</sup> Licenciada em Ciências Sociais – Universidade Federal de Alagoas. Mestranda em Antropologia Social pela mesma instituição.

the height of the controversies about the withdrawal of the gender theme, in the Municipal Plan of Education (PME) of Maceió. Disputes over SMEs reverberated within the school, mobilizing the position of the institution's subjects in relation to the controversy. Among these positions, the continuous approach to the topic of gender and sexuality in sociology classes proved to be ineffective for the creation of a debate about the promotion of sexual and gender diversity in the school space. The religious arguments put forward for the removal of the gender theme in Maceió's PME were mobilized to detract from the approach of the subject in sociology classes. The reflection about the (im) possibilities about the discussion of gender and sexuality, in its perspective of valuing diversity in the school environment; Is of fundamental importance, for the perception of the limits, and also of the immense critical potential that the approach itself provokes. It is in this dimension that a real political contribution can occur.

**Keywords:** Anthropology. Gender. Sexuality. Sociology teaching.

## Introdução

No decorrer do ano de 2015, durante a realização de uma pesquisa etnográfica com vista à elaboração da monografia de conclusão de curso<sup>2</sup>, pude compreender como a abordagem do tema gênero e sexualidade na escola, em sua perspectiva de valorização da diversidade, pode ser difícil. Através de observações, conversas, informais e vídeo-discussão<sup>3</sup>. Acompanhei semanalmente a rotina de estudantes e docentes do ensino médio, coordenação e direção da escola; em sala de aula e demais espaços de sociabilidade da escola, como pátio, biblioteca e corredores;

O silêncio em relação à diversidade sexual e de gênero foi o que norteou a realização da pesquisa. Este era expresso especialmente em relação ao fato do tema não ser amplamente trabalhado na escola; algo afirmado pela direção, coordenação, docentes e estudantes da instituição. Porém havia um momento em que o silêncio sobre o assunto era tencionado. Isso ocorria nas aulas de sociologia, única disciplina, que fomentava a discussão sobre gênero e sexualidade no cotidiano escolar. O professor de sociologia, Miguel<sup>4</sup>, trabalhava gênero e sexualidade de forma contínua em suas aulas, através de temas como: Socialização, Trabalho e Desigualdade Social. O professor questionava e provocava as turmas, colocando em xeque

---

<sup>2</sup> Este artigo explora algumas questões abordadas na monografia de conclusão de curso, “Discretos e Alarmosos: Conflitos relacionados ao gênero e a sexualidade no cotidiano escolar”.

<sup>3</sup> Proposta que consistia na exibição de vídeos para as/os estudantes do ensino médio sobre heteronormatividade no ambiente escolar e familiar. A exibição era seguida pela discussão entre as/os estudantes sobre o material exibido. Foram utilizados os seguintes vídeos: VESTIDO Novo. Direção de Elena Trapé. 2007. (13 min.), son., color. Legendado. ERA uma vez outra Maria. Direção de Cintia Viana. 2006. (20 min.), son., color. MUNDO ao contrário HETEROFOBIA. Direção de K. Rocco Shields. Produção de Rachel Diana. 2011. (19 min.), son., color. Legendado. ACORDA, Raimundo... Acorda!. Direção de Alfredo Alves. 1990. (15 min.), son., color

<sup>4</sup> Com o princípio ético de preservar a privacidade das/dos interlocutores, todos os nomes próprios citados são fictícios.

concepções arraigadas e repletas de senso comum sobre gênero e sexualidade; que naturalizavam a heterossexualidade, e os papéis femininos e masculinos.

A atuação do professor, em teoria, deveria contribuir para a valorização da diversidade sexual e de gênero na escola, mas provocava o efeito oposto. A maioria das/os estudantes a partir de uma leitura negativa sobre o questionamento das desigualdades de gênero, e uma visão religiosa sobre sexo, demonstravam desconforto e repúdio à abordagem sociológica do tema. Além disso, durante a realização da pesquisa as controvérsias em relação à “ideologia de gênero” reverberaram na escola. Essa ideologia pode ser entendida enquanto um projeto político de grupos cristãos fundamentalistas, que buscam deslegitimar e restringir as discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar. (LIONÇO, 2016).

A partir do avanço do debate público em torno da retirada do tema gênero do PME de Maceió, o professor de sociologia passa a ser acusado de promover a “ideologia de gênero” em sala de aula. E nesse momento as acusações e críticas direcionadas a Miguel mobilizavam os argumentos contraditórios relacionados à “ideologia de gênero”. O professor, mesmo diante dos ataques, não desanimou e continuou a trabalhar o tema gênero e sexualidade em suas aulas. Isso reclamava as/os estudantes uma tomada de posição, que não raramente resultava na repetição da controvérsia sobre o PME, gerando uma briga pouco produtiva na escola, em que cada lado oferecia uma visão reducionista do “outro”.

Toda a situação permite refletir sobre as (im)possibilidades relacionadas à discussão sobre gênero e sexualidade na escola, em sua perspectiva de valorização da diversidade. Não se trata de conferir respostas a uma questão complexa, qual a melhor forma de trabalhar gênero e sexualidade na escola, ou de desencorajar abordagens pedagógicas nesse sentido. Mas refletir sobre os desafios que são colocados quando as problematizações sobre um tema. Em alguma medida não suscitam questionamentos, mas o fortalecimento de certas convicções.

## **Gênero e Sexualidade na Escola**

Ao abordar a discussão sobre diversidade sexual e de gênero no âmbito escolar. Diniz e Lionço (2009) demonstram que prevalece a timidez sobre a temática, sendo a mesma permeada pelo silêncio. Expresso na ausência do conteúdo nos livros didáticos, onde gênero e diversidade sexual raramente aparecem, e quando discutidos, tais conteúdos são pautados a partir de uma perspectiva biologizante. Há também o silenciamento através do ocultamento e negação da presença de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no cotidiano escolar, ao não se falar a respeito

desses sujeitos a escola diz que elas/es “não são” seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeadas/os. (LOURO, 2014, p.71).

O silêncio em relação à discussão sobre diversidade sexual e de gênero na escola, é uma expressão da homofobia e tem um papel importantíssimo para a reprodução da heteronormatividade no espaço escolar. Porém não podemos esquecer que o “silêncio” não é absoluto, sendo importante relativiza-lo. Pois mesmo com a timidez por parte da escola em trabalhar essas questões, as/os estudantes discutem a temática, além disso, temos a presença concreta de estudantes, lésbicas, gays, travestis e transexuais no espaço escolar. Dessa maneira, a questão principal que orientou o meu trabalho enquanto pesquisadora consistiu em perguntar se conteúdos de gênero e sexualidade eram trabalhados na escola, e se sim, de que maneira isso ocorria. Em conversas com a direção, coordenação, docentes e estudantes todas/os afirmavam que o tema não era de forma geral abordado pela escola, exceto na disciplina de sociologia.

Sobre isso, Sônia, a diretora da instituição, explicava que a escola tentava ao máximo atender as demandas do Ministério da Educação (MEC). Para ela, a discussão era muito importante na escola, pois assim seria possível combater a violência homofóbica, mas existiam dificuldades. Uma delas relacionada à abordagem do conteúdo de forma transversal, tal como é especificado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Sônia, no começo do ano, indicou o professor Miguel para coordenar um projeto junto aos demais professoras/es, e assim implementar o tema. Porém o projeto não foi para frente; além de Miguel, nenhum das/dos docentes demonstrou interesse. Sônia afirmava que o desinteresse tinha a ver com o pertencimento religioso de alguns docentes. Miguel concordava com essa afirmação, e dizia que depois de muitas tentativas de convencer as/os colegas acabou desistindo e fazendo as coisas por conta própria.

Ao acompanhar as aulas e conversar com as/os demais docentes que atuavam nas turmas de ensino médio sobre as razões pelas quais não trabalhavam gênero e sexualidade em sala de aula; apenas dois professores diziam não concordar com a abordagem do conteúdo, e faziam isso a partir de suas crenças religiosas. Nesse caso, Sandro, professor de português, e Pablo, professor de matemática. O primeiro era membro Igreja Assembleia de Deus, e o outro membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Ambos criticavam duramente o professor de sociologia por discutir o assunto com frequência. Sandro levava as críticas mais longe, defendendo sua posição perante as turmas. Ele passou a acusar Miguel publicamente de impor uma “ideologia de gênero” na escola,

reproduzindo assim alguns argumentos associados à controvérsia do debate público do PME de Maceió, (algo que será desenvolvido em outro momento).

Em relação aos demais docentes, elas/eles afirmavam que eram a favor da discussão sobre gênero e sexualidade na escola, mas não se sentiam aptos para realizá-la em sala de aulas seus argumentos não mencionavam a religiosidade, mas tocavam nas questões objetivas do exercício da docência. Dentre os argumentos levantados estavam: falta de tempo, não ter tido contato com a temática na graduação, acreditar que na sua disciplina não cabe essa discussão e considerar o assunto polêmico demais para debater com as/os adolescentes. Ao mencionarem o fato de não se sentirem aptos para abordar o conteúdo em sala de aula, essas/es professoras/es sinalizavam a necessidade de formação inicial na graduação e também políticas públicas de formação continuada que promovessem a capacitação sobre a temática.

### **Gênero e Sexualidade nas Aulas de Sociologia**

Nas aulas de sociologia, único momento em que gênero e sexualidade eram discutidos por parte de um professor, Miguel mencionava o silêncio ao máximo, e mobilizava as/os estudantes a refletirem sobre as suas percepções acerca do gênero e das sexualidades. As aulas quase sempre eram conturbadas, os questionamentos suscitados pelo professor geravam um profundo descontentamento entre as/os estudantes, isso era expresso através de intervenções durante a aula, que consistiam em críticas e repreensões ao conteúdo e ao professor. Mesmo entre as/os estudantes que admiravam o professor de sociologia ocorriam críticas ao fato de abordar de forma contínua o tema gênero e sexualidade em suas aulas, as/os estudantes diziam que era “chata” a insistência do professor no tema, e afirmavam que suas considerações não tinham “sentido”, nesse caso, quando o professor questionava as concepções arraigadas sobre gênero e sexualidade.

Em uma das aulas, por exemplo, ao ensinar sobre o processo de socialização para a turma do 1º ano. Miguel explicou como “os brinquedos”, exercem influência sobre crianças, sendo uma ferramenta importante para a construção das diferenças entre meninos e meninas. Ele leu uma história para a turma, “O menino que ganhou uma boneca” (BAPTISTONI, 2012). No conto, um menino ganha uma boneca de presente de aniversário e, a família que não gosta do brinquedo proíbe a criança de brincar. Ele passou a brincar escondido. Em uma situação específica, ao ver que seu tio não conseguia segurar o filho recém-nascido, o menino chegou à conclusão que isso acontecia porque o tio nunca havia segurado uma boneca. Então o protagonista passou a brincar com ela em público, o que despertou uma série de repreensões. O seu primo questiona a razão

dele fazer isso, pois ter uma boneca é coisa de “maricas”. O menino responde que ter uma boneca ensina a ser pai. No final da história a família aceita o fato do menino brincar de boneca e o acha corajoso.

Enquanto lia, o professor perguntava aos rapazes se eles já haviam brincado de boneca, todos disseram que brincar de boneca era errado, e questionavam o professor perguntando onde estava seu “juízo”. Diante das negativas da turma frente à possibilidade dos rapazes brincarem de boneca, o professor provocou: “- Se vocês não brincam de boneca como vão segurar os seus filhos?”. Dentre os estudantes apenas um concordava com o professor, Daniel, jovem que se definia enquanto um “gay assumido”, e apresentava uma performance atípica de gênero (BUTLER, 2009). O adolescente utilizava regularmente maquiagem. Era comum o uso de delineador nos olhos e, cílios postiços, além de uma longa franja quase na altura olhos. Nas festividades da escola além desses elementos, passava batom nos lábios, e durante as aulas de educação física o recurso a um short-saia demarcava a sua feminilidade. Daniel era alvo de violência homofóbica constante, que variava entre a violência simbólica; a partir de xingamentos e apelidos como “Viado”, ou “Daniela”, e violência física.

Nessa mesma turma, em outra ocasião, Miguel dividiu entre quatro grupos os temas dos Seminários sobre Desigualdade Social. Ao se deparar com o tema: Homofobia, um grupo de estudantes perguntou do que iriam tratar no seminário. Miguel explicou que homofobia é a discriminação contra as sexualidades não heterossexuais, e perguntou se o grupo sabia o que significava. Uma estudante, Paula, respondeu: “Heterossexual é quem muda de sexo”. Rindo, Miguel disse que não, que o heterossexual é homem com mulher e mulher com homem, o que é considerado “normal” na sociedade. Ao enunciar essa expressão o professor fez sinal de aspas com os dedos. Um dos estudantes, Sérgio bastante irritado, logo emendou: “Não é considerado o normal”; e, imitando o gesto do professor de fazer aspas com as mãos, porém em tom sarcástico, enfatizou: “É o normal! É o certo!!”.

Em algumas ocasiões a abordagem sociológica sobre o tema era um pouco melhor recebida, especialmente quando se tratava das questões envolvendo gênero e machismo. Um exemplo disso foram os seminários sobre “Desigualdade Social” nas turmas do 2º ano. Um dos temas sorteados pelo professor foi “Mulher e o Mercado de Trabalho”. Nessas salas, as garotas elogiaram o professor por trazer o assunto. Muitas estudantes diziam ser feministas e algumas delas também faziam parte do time feminino de futebol de salão da escola. Elas consideravam este

tipo de discussão importante para a diminuição do preconceito em relação ao que as mulheres podem ou não podem fazer.

As aulas serviam como uma forma de desabafo coletivo, as estudantes relatavam as situações que vivenciavam na escola e em casa. Esses relatos quase sempre eram sobre o preconceito que as garotas enfrentavam por jogarem futebol. Sobre isso as discussões entre as e os estudantes. Eram sempre acaloradas, pois os rapazes sempre discordavam das colegas, afirmando que as mesmas estavam erradas. Em um desses momentos, um dos estudantes, Emanuel, em tom agressivo, disse que a “natureza” deixava óbvio o que um homem e uma mulher “podem” ou não “fazer”, afirmando que mulheres não poderiam jogar futebol por causa do “físico”: “Mas é verdade, vocês meninas não podem jogar futebol, vocês não sabem, deixam o jogo lento, não tem físico para fazer isso”. Juliana, uma das garotas que fazia parte do time, levantou-se e respondeu também em tom agressivo, olhando de forma desafiadora para Emanuel: “Pra mim nada a ver, eu jogo futebol melhor que os meninos, então futebol não é só pra homem e é preconceito que as pessoas vejam assim. Eu sofro muito me chamam de sapatão e bolacheira”.

Outra estudante, Marcela complementou a fala de Juliana, relatando que sofria a mesma experiência por jogar futebol e por apresentar “jeitão”: “- Eu não uso maquiagem, nem gosto de me arrumar, aí pegam no meu pé, um cara largado ninguém diz nada, né?”. A partir disso uma discussão começou em sala, as garotas saíram em defesa de Juliana e Marcela e os rapazes defendiam Emanuel. Cada grupo tentava falar mais alto que o outro, e era impossível entender o que diziam. O barulho era intenso, e Miguel teve que gritar para que a turma fizesse silêncio. O professor então encerrou a aula falando sobre como as/os estudantes tinham um papel importante para a mudança, pois ao educarem suas/seus futuras/os filhas/os, poderiam abolir as noções restritas sobre o gênero. As garotas apoiavam o professor, enquanto os garotos ficaram em silêncio. Mesmo em uma sala em que a maioria apoiava o tema, nesse caso as estudantes, o debate não deixava de ser em alguma medida tenso.

Neste sentido, parece importante considerar que apesar do comprometimento do professor em romper com o silêncio associado à discussão sobre gênero e sexualidade na escola, e colocar em prática as prescrições do Ministério da Educação sobre a abordagem transversal do assunto, as dificuldades relacionadas à abordagem do tema ultrapassam muitas vezes as condições de intervenção das/dos professoras/es.

## **Controvérsias do Plano Municipal de Educação: Reverberações na Escola**

O debate sobre PME de Maceió foi marcado por uma polarização. De um lado havia aquelas/es que denunciavam a imposição de uma “ideologia de gênero” nos planos municipais. A “ideologia de gênero” se referia à tentativa de barrar e restringir a discussão em sala de aula de conteúdos relacionados ao gênero e sexualidade. Através de sites, blogs e redes sociais, sujeitos em sua maioria com alguma filiação religiosa monoteísta, e os representantes dessas religiões, padres e pastores, consideravam a “ideologia de gênero” perigosa e destrutiva, tendo como objetivo acabar com a expressão “tradicional” e “correta” de família. Do outro lado havia aquelas/es, especialmente ativistas do movimento LGBT e feminista, que se contrapunham a essa posição através também de fóruns virtuais. Pode-se observar uma defesa da manutenção do tema gênero no PME. Essas/esses recusaram em primeiro lugar a própria noção de “ideologia de gênero”, afirmando que os conteúdos de gênero e sexualidade têm como objetivo promover o respeito à diversidade social e reduzir a violência contra as mulheres e os sujeitos de expressões não-heterossexuais sendo uma ferramenta importante e necessária para a promoção dos direitos humanos.

Na escola, a polarização entre os sujeitos pouco diferiu da que estava ocorrendo em relação ao PME. Como dito anteriormente, as aulas de sociologia sempre eram em alguma medida tensas, porém houve um momento que acirrou ainda mais o estado de ânimos do professor de sociologia e dos estudantes. Nesse sentido, uma das aulas mais emblemáticas ocorreu na turma do 1º ano, o professor Miguel solicitou que as/os estudantes fizessem um círculo, para compartilharem suas impressões sobre a 19ª Parada Gay de São Paulo. Antes que as/os estudantes falassem suas opiniões, o professor mostrou algumas imagens da parada, dando ênfase ao protesto realizado por uma modelo transexual, que reproduzia a crucificação de Cristo. Esse protesto gerou discussão nas mais diversas mídias, quando grupos em sua maioria com alguma filiação religiosa monoteísta, repudiaram o ato, classificado como “desrespeitoso”. Também no espaço virtual pode ser observada a defesa do ato, feita especialmente por ativistas do movimento LGBT, que afirmavam que se tratava de uma tentativa de chamar atenção aos sofrimentos vivenciados pelo grupo.

Durante a aula, o professor de sociologia falou sobre as discriminações que a população LGBT vivencia em nossa sociedade, e argumentou que seria esse o significado do protesto: “Eles estão sendo crucificados, assim como Cristo foi”, defendia o professor. A turma, em sua maioria, discordava dessa interpretação, e na verdade parecia chocada com o seu posicionamento. As/os estudantes afirmavam que o ato da modelo transexual era “errado”. Após a aula, durante o

intervalo, a turma continuou a compartilhar as suas impressões em relação ao argumento do professor. Uma das estudantes, Beatriz, disse: “Acho Miguel um ótimo professor, mas acho errado isso de colocar o errado como certo. Assim... Eu entendo que ele tá ensinando sociologia, mas ele não deveria dizer que só isso é certo”. Outro estudante, Carlos, completou: “Essa disciplina é do demônio. Fica botando o errado como certo, existe não isso de dizer que ser gay é certo. Eu não tenho preconceito, ninguém aqui tem, mas se Deus fez homem e mulher, aí o homem vai virar mulher?”. Há nas falas destes estudantes o reconhecimento de um dos papéis centrais da sociologia, a desnaturalização dos fenômenos sociais. Tal como é especificado nas Orientações Curriculares Nacionais (OCNs).

Logo após essa aula o professor Miguel é acusado de implantar uma “ideologia de gênero” na escola. O professor de português, Sandro, que já discordava da abordagem sociológica sobre gênero e sexualidade, começa a fazer suas críticas diante das turmas, explicando para as/os estudantes os perigos da “ideologia de gênero” que Miguel estaria colocando em curso na escola. Sandro parecia estar em uma cruzada moral (BECKER, 1977). Lutando incansavelmente para impor sua visão de mundo aos outros, acreditando que os estaria ajudando a livrar-se do “mal”. Quando perguntava ao professor de português e as/os estudantes que acreditavam na “ideologia de gênero” o que necessariamente seria esta “ideologia”, mencionavam com certa frequência o site: *Rede de Defesa da Família*, onde é possível encontrar uma definição do que é a suposta “ideologia de gênero” e os “perigos” da mesma. Segundo a *Rede*: a “ideologia de gênero” pode ser definida como:

(...) uma corrente de pensamento saído das discussões promovidas em núcleos feministas, e que tem como ideia central, a afirmação de que homens e mulheres (feminino e masculino) não são características com as quais nascemos, cujas diferenças encontramos nas esferas anatômicas, fisiológicas, comportamentais, etc. Para a ideologia de gênero, o ser humano mesmo é que é senhor de sua natureza, podendo alterá-la mediante mera vontade. Assim, a despeito de um menino ter nascido com os órgãos sexuais masculinos, com doses hormonais típicas de homens, com o funcionamento do cérebro similar ao funcionamento masculino, etc, basta que ele DESEJE E SE SINTA mulher, para que todas estas evidências físicas sejam anuladas e ele se transforme – ressaltando, mediante apenas o mero desejo! – uma mulher. Ensinar estes conceitos em sala de aula – ou pior ainda, promovê-los, como muitos planos de educação pontuavam em seus documentos – causará, entre outros problemas, uma confusão a respeito da realidade humana no seio da família, já que pais entenderão o ser humano a partir de uma perspectiva antropológica (homem e mulher são seres humanos iguais em dignidade, mas diferentes em identidades) e filhos, a partir de outra (homem e mulher são meras *construções sociais* que podem ser esvaziadas, sendo apenas frutos de mera escolha pessoal), além de ser uma grave violação do direito dos pais de educarem seus filhos com valores e conceitos próprios da família. (REDE DE DEFESA DA FAMÍLIA, 2015)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>Esse trecho foi retirado da página que a REDE mantém para denunciar a “ideologia de gênero”. Em suas distintas postagens “sexo” e “gênero” parecem significar a mesma coisa e o termo construção social, aparece em V.6, n. 1. p. 71-87, jan./abr. 2017.

Como afirma Lionço (2016) ao atribuir aos movimentos feministas e LGBTs à degradação moral da sociedade, através do conceito de “ideologia de gênero”, setores conservadores e fundamentalistas buscam deturpar tais movimentos sociais, colocando em prática um projeto político de caráter mais amplo que visa barrar o avanço dos direitos sexuais, reprodutivos e humanos, na sociedade.

O professor Miguel negava o próprio termo “ideologia de gênero”, e enfatizava os argumentos em prol da manutenção dos conteúdos de gênero e sexualidade no PME de Maceió. Para ele não havia “ideologia de gênero”, mas sim a discussão sobre gênero e sexualidade na escola, sendo essa discussão uma ferramenta importante para a promoção dos direitos humanos. É necessário ressaltar que o professor não era ativista de nenhum movimento. Sobre a razão de sempre debater o assunto, Miguel afirmava: “Eu acho importante. Eu sinto a necessidade de trazer isso, sabe, porque tem toda essa questão da violência, contra a mulher, contra os homossexuais, e tem todo esse contexto que a gente tá vivendo. Então tem que discutir, sim”.

### **As Reverberações da Controvérsia entre as/os Estudantes**

Frente às perspectivas díspares sobre a discussão de gênero e sexualidade na escola, as/os estudantes passaram a ofender/defender cada professor e a discutirem entre si sobre as aulas de cada um. No caso das críticas direcionadas ao professor Miguel, os argumentos religiosos que permearam a discussão do PME eram reproduzidos, como justificativa de desaprovação dos conteúdos de gênero e sexualidade e das aulas de sociologia. As afirmações de que a sociologia era uma disciplina do “demônio” eram recorrentes. Nesse sentido, um estudante costumava repetir: “O professor de sociologia é o anticristo, ele prega a cristofobia<sup>6</sup> e quer destruir a família”. Outro argumento recorrente das/dos estudantes era que “discutir isso [gênero e sexualidade] na escola incentiva o homossexualismo”.

Alguns estudantes chegavam a fazer insinuações sobre a sexualidade do professor, a exemplo dos comentários de uma estudante ao se referir à insistência do professor no tema, dizia: “esse aí oh...”. Ela completava a frase com um gesto, girando a mão de forma caricata “desmunhecando”. A corporalidade do professor também era um elemento utilizado para realizar

---

aspas ou com certo tom de ironia, como se fosse algo inexistente. Além deste site a menção a rede social “Alagoas contra a ideologia de gênero” era recorrente.

<sup>6</sup>Segundo as/os interlocutores, a cristofobia é o preconceito/discriminação direcionado as pessoas que professam a crença cristã.

as insinuações. As/os estudantes comentavam que o professor falava de forma suave e vestia-se muito bem. Essas insinuações em relação ao professor se assemelham ao que descrevem Borges e Meyer (2008) sobre os limites de uma abordagem contra a homofobia na escola; ao pesquisar sobre o interesse de professoras/es em um curso de capacitação sobre “Diversidade Sexual”, é descrito como essas/es docentes tiveram sua sexualidade colocada em suspeita por seus pares da escola e até por seus familiares. Em virtude de seu engajamento político com o assunto, passaram a ser alvos de críticas e insinuações, da mesma forma que o professor Miguel.

Entre as turmas observadas, a aversão das/dos estudantes ao tema foi gradativamente aumentando. E o professor de sociologia, mesmo diante desses posicionamentos, não desanimou com a discussão do assunto. Durante as aulas, quando as críticas eram feitas face a face, o professor dizia respeitar a opinião das/dos estudantes. Não conseguia, entretanto, disfarçar o descontentamento que sentia. Ao conversar comigo fora da sala de aula ele sempre relatava como era cansativo dar aulas nas salas das turmas “evangélicas”, ou “amarradas nos pés de Jesus”. Esses termos eram utilizados para descrever as salas com uma preponderância de estudantes evangélicos, cujas famílias congregavam em sua maioria na Assembleia de Deus. Nessas turmas, ele dizia que as pessoas não estavam “dispostas a ouvir” e tinham a “mente muito fechada”. As salas “evangélicas” eram as favoritas de Sandro, onde ele podia versar livremente contra “a ideologia de gênero imposta pelo professor de sociologia”. Segundo sua perspectiva, ouvia-se os mesmos argumentos reproduzidos pelos estudantes, de que o objetivo dessa ideologia era “destruir a família” e impor a “cristofobia”. As dificuldades enfrentadas pelo professor Miguel ao trabalhar gênero e sexualidade na escola assemelham-se também aos desafios enfrentadas por professoras/es na implementação da Lei 10.639/2003, sobre história e cultura afro-brasileira. Especialmente diante da *pentecostalização* da escola brasileira, e a sua imposição de um modelo civilizacional hegemônico, que (re)produz a intolerância. (ARAÚJO, 2015).

O ápice da tensão ocorreu durante os Seminários de Sociologia sobre Movimentos Sociais. As/os estudantes das turmas de 3º anos deveriam preparar um conteúdo sobre diferentes movimentos sociais no país, organizados em grupos de trabalho. Cada grupo ficaria responsável por um tipo de ativismo que seria sorteado pelo professor. Foram distribuídos os seguintes temas: Movimento Trabalhista, Sem Terra, Sem Teto, Feminista e LGBT. Por coincidência na turma do 3º ano A, um grupo de estudantes evangélicas (assembleianas) ficou com o tema Movimento LGBT. Elas tentaram trocar o tema, mas nenhum grupo se mostrou disposto a fazer a troca. Diante disso as estudantes afirmaram que apresentariam o trabalho, mesmo discordando da forma

como a sociologia trabalha o assunto. No dia em que o grupo deveria apresentar o trabalho, as estudantes disseram que não apresentariam o trabalho e que preferiam ficar sem nota. Miguel, decepcionado, tentou argumentar: “Olha, mas a base da fé de vocês é a livre interpretação da bíblia. Vocês assim deveriam estar abertas a ao menos conhecer, mesmo discordando. Vão perder a nota, é isso mesmo?”.

Miguel soube que Sandro havia incentivado as estudantes a desistir da apresentação do seminário. Profundamente irritado, ele levou suas críticas à direção, que, por sua vez, não deu importância à queixa do professor. Toda a situação apenas azedou ainda mais a relação do professor de sociologia com a turma. Nos seminários sobre “Desigualdade Social”, nas turmas de 1º ano, as/os estudantes “assembleianos” não desistiram de apresentar o trabalho sobre “Homofobia”, mas discutiram o tema dentro de sua perspectiva religiosa. O grupo leu trechos da bíblia, afirmando que “o homossexualismo não é certo, mas o verdadeiro cristão não deve julgar”, e que “Deus abomina o pecado, mas não o pecador”.

### **Reconhecer as diferenças no outro, dicotomias e dissensos**

Era inegável durante o campo minha solidariedade ao professor de sociologia, mas com o término desse período e ao me debruçar sobre o material e escrever essas páginas, me pergunto sobre o excesso de ambas as partes. Ambos os lados se apresentavam como donos da “verdade”. Não havia muita disposição para o diálogo e cada qual oferecia uma versão reducionista e homogeneizadora do outro. De minha parte, mesmo tentando manter certa imparcialidade, para garantir acesso aos diferentes discursos e práticas das/os interlocutores frente à situação, não consegui evitar me contagiar com a euforia do momento, e participar dessa briga pouco produtiva que se desenhava. Argumentos de estudantes e do professor de português como: “Para Deus os gays são uma abominação”, “Jesus ensina que é pecado, mas você deve amar o pecador”, “Tudo isso sobre a inclusão desse assunto na escola, só mostra que a cristofobia é uma realidade” me irritavam e nem sempre conseguia disfarçar minha expressão de cansaço.

Toda a situação gerou um clima de polarização entre os sujeitos, o que é problemático, pois polarizações tem caráter generalizador e reducionista não abrangendo a complexidade das situações, contribuindo para a construção de estereótipos. Na discussão sobre o PME e na própria escola, os que se posicionavam a favor dos conteúdos de gênero e sexualidade, viam nos “religiosos” o grande adversário. Ao pensarmos nas dificuldades em relação à ampliação dos direitos das mulheres, e da população LGBT, a atuação de grupos religiosos é enfatizada enquanto

um dos grandes elementos impeditivo. Especialmente diante do avanço destes grupos no âmbito político, através das bancadas “evangélicas” (VITAL; LOPES, 2013). Mas quem são essas pessoas, afinal? Existem inúmeras denominações. Todas pensam e se posicionam da mesma forma frente ao assunto? Tais questionamentos não passavam pela minha cabeça, até quase o final do trabalho de campo, quando conheci um grupo formado por dez mães que estavam realizando trabalho voluntário. Elas se encarregaram da limpeza na escola, devido à greve das/dos servidores da educação<sup>7</sup> que diminuiu a quantidade de funcionários. Todas essas mães tinham algum pertencimento religioso: eram católicas, adventistas e assembleianas.

Uma delas mostrou curiosidade em relação à minha presença na escola. Ao explicar o meu tema de pesquisa de forma superficial, essas mães passaram a discorrer sobre as suas percepções acerca do debate do gênero na escola. Uma delas afirmou ser da igreja Assembleia de Deus e falou sobre o trabalho realizado pelo seu pastor para alertar os pais e combater a “ideologia de gênero, que vai destruir a família e incentivar o preconceito contra os heterossexuais”. A maioria apoiava a sua afirmação, mas duas mães pertencentes à mesma igreja discordavam. A fala de uma delas chamou a minha atenção:

Nunca vi hétero sofrer preconceito, tem que discutir sim esse assunto, pra acabar com a violência. Jesus era de paz e queria o mundo em paz. Esse negócio de seguir a bíblia ao pé da letra não dá. Se um gay quiser fazer família e adotar uma criança, tem que reconhecer como família sim, afinal eu sou mãe solteira, a bíblia diz que família é pai e mãe e filhos, então eu e meu filho não somos uma família? Nada a ver. (Diário de Campo, 26.08.15).

Essa situação atípica no campo me fez refletir sobre a minha atuação enquanto pesquisadora, e a necessidade de estar atenta aos dissensos. Talvez na escola houvesse estudantes com outros posicionamentos frente à questão, mas presa apenas aos argumentos da controvérsia não consegui captá-los.

### **Atualizando as guerras sexuais**

De forma geral, todas as controvérsias em torno da retirada do tema gênero no PME de Maceió, e os conflitos por ela ocasionados tanto no âmbito público como na rotina escolar, podem ser compreendidos através do que Rubin (2012) descreve como “pânico moral”. Através desse termo ela designa atitudes difusas que são canalizadas em ação política, gerando transformação social. O conflito aberto sobre determinados assuntos faz com que os mesmos se

---

<sup>7</sup> Durante o período em que realizei a pesquisa ocorreu a greve das/os servidores da rede estadual de educação. A greve dificultou o acompanhamento das aulas, fazendo com que a minha observação em sala fosse menor, já que as/os estudantes tiveram suas aulas remanejadas.

tornem uma espécie de bode expiatório, e passem a representar uma ameaça à sociedade. Nas palavras da autora:

A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, (...) é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. (RUBIN, 2012, p. 36)

Para as/os que acreditavam na “ideologia de gênero”, tendo como base um discurso religioso “cristão”, o debate das questões relativas a gênero e sexualidade em sala de aula provocaria o fim da “família”, pois visava o “incentivo à homossexualidade”. O “pânico moral” só torna visíveis as estruturas discursivas excludentes preexistentes. Nesse sistema existem vítimas fáceis que carecem de poder para defender a si mesmas, além de um aparato preexistente para controlar seus movimentos e cercear suas liberdades (RUBIN, 2012):

Devido à sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente simbólicas (...). Durante um pânico moral tais medos se ligam a uma infeliz população ou atividade sexual. A mídia se torna inflamada com indignação, o público se comporta como uma massa fanática, a polícia é ativada, e o estado põe em ação novas leis e regulações. Quando o furor passa, alguns grupos eróticos inocentes foram dizimados, e o estado estendeu seu poder em novas áreas do comportamento erótico. (p.35)

Com a retirada do tema gênero do PME, a já vulnerável população LGBT fica mais vulnerável ainda. Não só ela, mas também estudantes heterossexuais, que não se enquadrem dentro dos moldes heteronormativos. Tendo como exemplo, as jogadoras do time de futebol da escola, Juliana e Marcela que por romperem com as normas engessadas de gênero, eram constantemente discriminadas. Além disso, a retirada do tema, deixa vulnerável as/os professoras/es que queiram trabalhar o assunto. Em uma conversa, Sônia, diretora da escola, mencionou a importância de documentos normativos para justificar a abordagem do gênero e da sexualidade em sala, tema que algumas famílias consideram inapropriado para as/os filhas/os. Esse argumento também era utilizado pelo professor de sociologia para justificar a abordagem do assunto. É importante destacar que mesmo o PME sendo um documento central para as diretrizes de ensino, ele por si só não é o bastante; é necessário também refletir sobre os limites da abordagem desse conteúdo em sala. No caso da escola, mesmo o professor de sociologia abordando o assunto de forma contínua, isso pouco contribuiu para que a maioria das/dos estudantes refletisse sobre suas perspectivas.

A respeito da presença do discurso religioso cristão na educação, é possível afirmar que a crença neste discurso dificulta a problematização de concepções e valores relacionados às

sexualidades e relações de gênero. Sobre isso, Castro (2016) problematiza as rupturas e permanências deste discurso entre estudantes, a partir das experiências e reflexões construídas em uma disciplina que promove discussões envolvendo relações de gênero, sexualidades e educação, vinculada ao curso de licenciatura em pedagogia de uma universidade pública federal. Durante a disciplina, poucos discentes realizaram problematizações acerca de suas convicções religiosas; a grande maioria, diante de um posicionamento distinto destas convicções, acabou por fortalecer suas crenças.

Apesar das diferenças entre o ensino médio e a licenciatura em pedagogia, há certas semelhanças entre os grupos. É possível afirmar que o debate de forma contínua do tema gênero e sexualidade e seus enunciados considerados “nocivos” pelos estudantes e os professores de matemática e português na escola, possa em alguma medida ter contribuído para o fortalecimento das convicções religiosas do grupo, pois permitiu o estabelecimento de uma fronteira. Ainda sobre o discurso religioso cristão, Foucault (2008, p. 22), citado por Castro (2016, p. 384), demonstra como este discurso coloca-se nas práticas sociais como “discurso de verdade”, incidindo sobre os sujeitos. A verdade legitima o discurso em si mesmo e constitui o seu caráter impositivo e doutrinário, que se forma com a partilha por um conjunto de sujeitos de um mesmo discurso e o reconhecimento de suas verdades. A doutrina liga os sujeitos a certos tipos de enunciação e lhe proíbe outras.

O sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, dentro do sujeito, como seu próprio fundante e repúdio (BUTLER, 2013). Desta forma por mais que a doutrina cristã proíba enunciados exteriores, ela precisa deles para estabelecer a sua diferença e singularidade, o que ocorreu durante o debate público acerca da retirada do tema gênero do PME de Maceió, e as reverberações deste debate no cotidiano escolar.

### **Considerações Finais**

Na literatura sobre homofobia e educação há uma centralidade no rompimento do silêncio como forma de promoção da diversidade sexual e de gênero na escola. O silêncio é interpretado como uma expressão da homofobia no espaço escolar. Tencioná-lo seria um passo importante para a promoção e valoração positiva da diversidade sexual e de gênero. Porém apenas tencionar o silêncio pode não ser o bastante, pois as dificuldades relacionadas à abordagem do tema ultrapassam muitas vezes as condições de intervenção das/dos professoras/es.

Neste sentido, observamos que a maioria das/os estudantes demonstravam desconforto e repúdio à abordagem proposta nas aulas sociologia. A discussão era um pouco melhor recebida, quando abordava a temática do gênero e o machismo, nesse caso, as estudantes eram as grandes entusiastas. Especialmente aquelas que rompiam com o modelo de feminilidade hegemônico. Porém no que se referem ao debate sobre diversidade sexual, os desconfortos eram compartilhados entre as/os estudantes, e também os docentes da escola. Além disso, os desdobramentos das novas guerras sexuais, “ideologia de gênero”, que fazem de minorias bodes expiatórios. Os relegando ao papel de ameaça à própria sociedade, são mais um dos obstáculos enfrentados para a valoração da diversidade sexual e de gênero na escola.

As (im)possibilidades relacionadas à abordagem sobre diversidade sexual e de gênero na escola são inúmeras, entretanto, não podemos ignorar a potencialidade crítica que a própria discussão provoca. Esta dimensão é que pode trazer real contribuição política, pois permite o questionamento de preconceitos e discriminações cristalizados nas relações sociais, ao menos por parte de alguns dos sujeitos imbricados neste processo.

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Patrício Carneiro. *Entre o terreiro e a escola: Lei 10.639/2003 e intolerância religiosa sob o olhar antropológico*. 2015. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- BRASIL, PCN – *Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual*. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares Nacionais*. Brasília, 2006.
- BAPTISTONI, Majô. *O menino que ganhou uma boneca*. Maringá: Editora Mossani, 2002.
- BECKER, Howard. Os Empresários Morais. In: BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, [s.l.], v. 16, n. 58, p.59-76, mar. 2008.
- BUTLER, Judith. *Desdiagnosticando o gênero*. By André Rios. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.1, pp. 95-126. ISSN 1809-4481.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CASTRO, Roney Polato de. Homossexualidades e discurso religioso cristão nas escritas de sujeitos docentes em formação. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio (org.). *Discurso, Discursos e Contra-Discursos: Latino-Americanos sobre diversidade sexual e de gênero*. Florianópolis: Realize, 2016.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Org.). *Homofobia e Educação: Um desafio ao silêncio*. Brasília: UnB, 2009.

LIONÇO, Tatiana. Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação. In: RODRIGUES, Alexandro et al (Org.). *A política no corpo : gêneros e sexualidade em disputa*. São Paulo: Edifes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

REDE. *Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?* 2015. Disponível em: <<http://www.rededefesadafamilia.com.br/ideologia-de-genero-na-educacao-de-nossosfilhos>> . Acesso em: 15 jan. 2016.

RUBIN, Gayle. "*Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*". Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. Argumentos, mecanismos e técnicas de ação política de religiosos no Congresso Nacional. In: VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2013.

*Recebido em: 27 de fevereiro de 2017*

*Aprovado em: 30 de abril de 2017*

*Avaliação cega por pares: mar./abr. de 2017*